

**A VISÃO DO BRASIL SOB O PONTO DE VISTA PORTUGUÊS DE *AS FARPAS*.**

Rosane Gazolla Alves FEITOSA

**Resumo:** Um grupo de escritores, pensadores, homens públicos – dentre eles, Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Rafael Bordalo Pinheiro – produziu, por volta da década de 1870, uma agitação na cultura portuguesa. Um produto dessas novas idéias foi o periódico *As Farpas*, fascículo mensal contendo críticas sobre temas político-culturais portugueses e publicado de maio/1871 a outubro/1872 por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Alguns desses textos se dirigem ao Brasil, mais especificamente ao imperador D.Pedro II, e apresentam alguns pontos da visão sobre o país por parte desse grupo, conhecido como a Geração de 70.

**Palavras-chave:** *As Farpas*; Eça de Queirós; Realismo-Naturalismo português

**THE ASPECTS OF BRAZIL UNDER THE PORTUGUESE POINT OF VIEW OF THE *AS FARPAS* (THE BANDERILLAS)**

**Abstract:** A group of writers, philosophers, public men, among them – Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Rafael Bordalo Pinheiro – produced by 1870 decade, a disturbing discussion in Portuguese culture. A result from these new ideas was the regular monthly publication *As Farpas*, about cultural and politician Portuguese critics and published from May 1871 to October 1872 by Eça de Queirós and Ramalho Ortigão. Some of these texts refer to Brazil, especially those that are indicated to D Pedro II, emphasizing some points of view from this group, known as 70's Generation.

**Key words:** *The Farpas*; Eça de Queirós; Portuguese Realism- Naturalism

O intercâmbio cultural da elite de mentalidade liberal ou liberalizante portuguesa, realizado após a emigração forçada devido ao golpe que restabeleceu o absolutismo em Portugal (1823), permitiu que essa elite, de volta à pátria após a vitória liberal em Portugal e com a outorga das leis da Constituição de 1834, influenciasse a formação das novas gerações. Estas perceberiam que, além-Pirineus, o intenso movimento de idéias originárias da profunda revisão de valores e da criação de novas ciências, em breve, transformariam o viver do homem português. O século XIX se apresenta como síntese de uma profunda fermentação dos séculos anteriores. Por outro lado, aí estão contidos os elementos contraditórios que, por sua vez, projetarão, até nossos dias, os redimensionamentos dos problemas encontrados.

Acompanhando essa linha de reflexão, Alberto Ferreira salienta que a noção de uma transformação operada em 1871 é tão insistente que o espírito público se habituou a considerar o nascimento do Portugal moderno ou da modernidade da cultura atual portuguesa no dia em que alguns jovens estudantes de Coimbra, com idéias um tanto avançadas para esse tempo, realizaram as chamadas Conferências Democráticas do Cassino Lisboense<sup>1</sup>.

Em 1871, no reinado constitucionalista de D. Luís I, espírito culto e liberal, um grupo de jovens intelectuais insatisfeitos e europeístas vibrou o primeiro golpe num certo Portugal ao organizar as Conferências do Cassino. Tal grupo abriu, desse modo, inconsciente ou impensadamente, uma crise de identidade nacional que, apesar das diversas e subseqüentes tentativas regeneracionistas, foi a nota dominante de um século de vida portuguesa, cujo ponto culminante foi o 25 abril de 1974, fim do período do Estado Novo/ditadura salazarista.

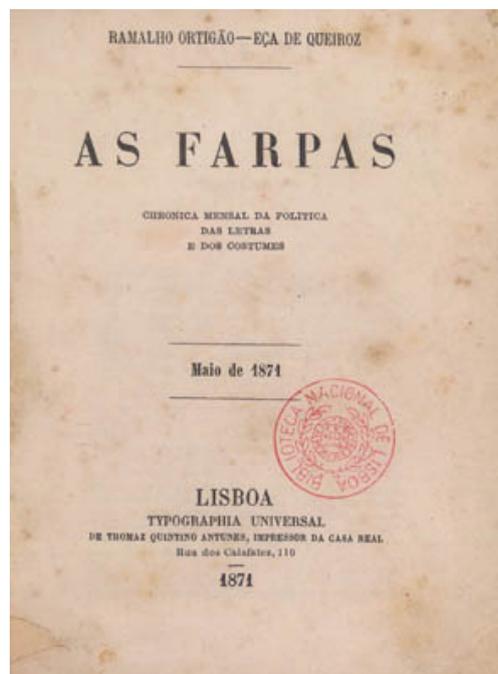
Esse grupo de jovens de vinte a trinta anos, mais conhecido como a “Geração de 70” ou “setentistas”, não forma um bloco ideológico esteticamente ou mesmo etariamente coeso. Tomando-se o termo “geração” num sentido restrito, podemos entendê-lo, concordando com João Medina (1980, p. 9-18), como um momento na história da cultura de um povo em que a criação de obras artísticas relaciona-se diretamente com certas idéias filosóficas, políticas e literárias predominantes em um determinado grupo etário. A Geração de 70 tem, entre seus componentes mais célebres, a figura proeminente de Antero de Quental, em relação ao pensamento, Eça de Queirós, face à sociedade portuguesa, e Oliveira Martins, face à historiografia, que se constituem como os condutores desta revolução cultural. Juntam-se a esses, outros nomes não menos importantes: Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Manuel de Arriaga, Rafael Bordalo Pinheiro, Guerra Junqueiro, Jaime Batalha Reis, Guilherme de Azevedo, Augusto Fuschini, Germano de Meireles.

<b>Conferências Democráticas do Cassino Lisboense</b>			
<b>Programa das conferências (divulgação)</b>			<b>16 maio</b>
<b><i>Conferências realizadas</i></b>			
<b>Nº</b>	<b>Conferencista</b>	<b>título</b>	<b>Data</b>
1	Antero de Quental	O espírito das conferências	22 maio
2	Antero de Quental	Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos	27 maio
3	Augusto Soromenho	A literatura portuguesa	5 junho
4	Eça de Queirós	A literatura nova (o realismo como nova expressão de arte)	12 jun
5	Adolfo Coelho	O ensino	19 jun

		<b>Conferências não realizadas</b>	
6	Salomão Sáragga	Os historiadores críticos de Jesus	26 jun
7	Jaime Batalha Reis	O socialismo	
8	Antero de Quental	A república	
9	Adolfo Coelho	A instrução primária	
10	Augusto Fuschini	A dedução positiva da idéia democrática	

A geração de 70 representa uma geral e extensa insurreição contra os valores, a mundividência e a prática real, política, econômica e social da Regeneração; traz a modernidade pela ironia e pela sátira, pelo idealismo utópico e pela reflexão metafísica; explicita seu desprezo por um Portugal provinciano e pelas suas leituras vindas da França: “Pelos caminhos-de-ferro, que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França), torrentes de coisas novas [...]. Nesse novo mundo que o Norte nos arremessava aos pacotes [...]”.<sup>2</sup>

Outra consequência das novas idéias defendidas pela Geração de 70 foi a publicação de *As Farpas: crônica mensal da política, das letras e dos costumes*. Tratava-se de folhetos mensais, escritos por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, publicados em Lisboa a partir de 1871. A capa, de cor alaranjada, foi ilustrada por Manuel Macedo e gravada por João Pedroso Gomes da Silva, no formato 11cm x 14cm – designada de “farpinha” para distinguir de *As Farpas* (textos escritos apenas por Ramalho Ortigão). Tinha 96 páginas impressas precedidas por um sumário do volume, como era costume nesse tipo de publicação, e era vendida por 300 réis na Livraria A. M. Pereira, na Rua Augusta, dentre outros locais. Eram textos de um jornalismo “[...] de tipo totalmente distinto – sem compromisso político-partidário, sem concessões à mediocridade envolvente, sem complacências para uma sociedade falsamente civilizada [...]”<sup>3</sup>.



*As Farpas* - capa do vol. 1 (Maio de 1871)

A correspondência devia ser enviada aos redatores d'*As Farpas*, calçada dos Caetanos, 30, Lisboa, casa de Ramalho Ortigão. A única menção à tiragem, que nunca foi informada pela revista, parece ter sido de dois mil assinantes.<sup>4</sup>

Os textos redigidos por Eça e Ramalho e publicados em *As Farpas* datam de maio/1871, mas começaram a circular em junho e foram até setembro/outubro de 1872. No número de novembro/1872, Ramalho Ortigão já escreve sozinho, e assim permanece por mais dez anos, até 1882, pois Eça fora trabalhar como cônsul em Havana (Cuba). Entretanto, o nome de Eça de Queirós permanece na capa.

O periódico teve êxito imediato. O primeiro número, com 96 páginas, teve uma segunda edição e os números seqüentes, com cerca de 100 páginas, esgotavam-se de um mês para outro. Afirma João Medina<sup>5</sup> que

“[...] o sucesso (e algum escândalo, sobretudo por meio de polêmica) foi inegável; além da reedição do primeiro folheto, o simples fato de Ramalho ter vivido onze anos sustentado por essa revista mensal comprova que ela lhe permitia viver, num país, aliás, desoladamente depauperado em relação ao seu público leitor por taxas alarmantes de analfabetismos: por exemplo, 84,4% de analfabetos em 1878, 79,2% em 1890...”<sup>6</sup>

Em 1886, Ramalho pensou em reeditar *As Farpas*; Eça abdicou do título original, dizendo que elas pertenciam, de direito, ao amigo. Nesses textos mensais, Eça e Ramalho atacaram não só os fundamentos políticos, culturais e psíquicos de Portugal, mas também dirigiram suas críticas ácidas a figuras importantes de outros países como o Imperador brasileiro, D. Pedro II, cuja viagem a Portugal, em 1871, é por eles taxada de desastrosa e ingênua.

Os textos escritos por Eça e Ramalho, embora não fossem assinados, não tiveram reedições. Só quando foram recolhidos e publicados em volume, na obra de cada um dos dois escritores, é que a autoria se tornou definida. A reedição aconteceu a partir da revisão profunda dos textos que Eça encaminhou para o editor Corazzi, em 1890-91, sob novo título: *Uma campanha alegre*. “[...] emendou, aperfeiçoou, fez supressões. Teve, como diz, de fazer uma *toilette* para cada artigo. Nesse aspecto, a feição mais importante é a supressão de algumas crônicas, que na juventude tinham largamente criticado e ridicularizado, por exemplo, pessoas e fatos do Brasil”<sup>7</sup>. (BERRINI, 2000, v.3, p.659)<sup>6</sup>

Para melhor compreensão do significado das referências jocosas a respeito do que foi dito no parágrafo anterior, é preciso ter em mente as relações culturais e pessoais entre lusos e brasileiros ao longo do século XIX. “Sob a perspectiva dos brasileiros, a desvinculação do país com o modelo português, símbolo do passado colonial e do atraso, ficou mais enfática”<sup>8</sup>.

A imigração portuguesa para o Brasil no século XIX flutuou de 10 a 45 mil saídas anuais das cidades do norte do país, Porto, Braga, Guarda, Aveiro, Coimbra, Vila Real, Viseu, sendo que a maioria dos imigrantes radicou-se nos principais centros urbanos: Rio de Janeiro, Recife, São Paulo<sup>9</sup>. Em poucas décadas, estes imigrantes se destacavam na indústria, no comércio de atacado e varejo e nos bancos. Constituíam-se um razoável mercado consumidor para os artigos de exportação lusos; parte importante da mão-de-obra rural e urbana de algumas regiões do Brasil era constituída de portugueses; eram grandes proprietários de imóveis, sobretudo urbanos. O resultado foi o aparecimento de conflitos interétnicos no Brasil até por volta da década de 1930. Gladys S. Ribeiro<sup>10</sup>, com pesquisa sobre o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro de 1890-1930, mostrou, por meio de processos criminais, que os conflitos eram gerados pelos portugueses ao ocuparem os empregos nas fábricas, oficinas e lojas, ao invés de brasileiros. Por sua vez, os brasileiros recusavam-se a pagar aluguel, refeição, empréstimo, juros a proprietários portugueses. Na mídia impressa, tanto brasileira, quanto portuguesa, ficavam claros os antagonismos e preconceitos. No Brasil, tudo o que fosse identificado com Portugal era criticado, noticiando-se fatos, mesmo corriqueiros, com o propósito de acirrar os ânimos dos dois povos:

Que vergonha!

É voz pública que vem de Lisboa o correspondente do *Jornal do Commercio*, cidadão português, para tomar a redação do mesmo jornal em substituição ao falecido redator?

E continua o jornal a ser uma folha de estrangeiros, mas sempre sustentada pelos brasileiros e pelos cofres nacionais!”<sup>11</sup>

Em Portugal, por conta desses ânimos, propagou-se, alimentado pelos jornais, um estereótipo, uma imagem negativa, registrada por quase todos os escritores portugueses, do emigrante que retornava enriquecido, – o brasileiro, o português torna-viagem – espécie de burguês afidalgado, alvo fácil de caricaturas e comentários jocosos sobre seus hábitos e maneiras, que marcou de forma acentuada a opinião pública e a classe política portuguesas.

Essas questões contextuais atingiram a figura do Imperador D. Pedro II, por ocasião de sua viagem à Europa, em 1871. Em um conjunto de quinze textos em *As Farpas*, referentes ao imperador, Eça escreveu oito e Ramalho Ortigão, sete textos, publicados em fevereiro de 1871. Desses, tomaremos para comentários apenas os textos escritos por Eça de Queirós: 1) Pedro de Alcântara e D. Pedro II [LXVI – Um instante de atenção! O imperador do Brasil, quando esteve entre nós...]; 2) A mala de um príncipe; [LXVII – Falemos da mala deste príncipe ilustre!...] 3) O idioma hebraico, predileção principesca; [LXVIII – Sua Majestade Imperial passa, com justiça, por um dos homens mas sóbrios...] 4) Indumentária de Pedro na sala dos capelos; [LXIX – A Universidade e os seus doutores...]; 5) O clero nos saraus do paço; [LXX – Deu-se um fato equívoco no sarau do Paço...] 6) A casa de Alexandre Herculano; [LXXI – Sua Majestade imperial visitou o sr. Alexandre Herculano...]; 7) Missiva a S. M. o Imperador do Brasil, solicitando veneras; [LXXII – Carta à S.M. o imperador.do Brasil...] 8) O brasileiro; [LXXIII – Há longos anos, o Brasileiro...]. Estes títulos, retirados de *Uma Campanha Alegre*<sup>12</sup>, editado em 1890-1891, mostram-se diferentes dos da edição da Prof<sup>a</sup> Berrini, que organizou os textos intitulando-os pela primeira linha (são os que se encontram entre colchetes), pelo número do texto e pela cronologia de publicação. Na “Advertência” de *Uma campanha alegre*, vista como uma espécie de prólogo, Eça revela:

As páginas deste livro são aquelas com que outrora concorri para as *Farpas* quando Ramalho Ortigão e eu, convencidos, como o Poeta, que *a tolíce tem cabeça de touro*, decidimos farpear até a morte a alimária pesada e temerosa. [...]. Assim foi que, chegando da Universidade com meu Proudhon mal lido debaixo do braço, me apressei a gritar na cidade em que entrava \_ *Morte à Tolíce!* [...] Vinte anos são passados; – e hoje releio essas páginas amarelecidas das *Farpas*. [...] Aí vão pois as minhas *Farpas*, a que eu dou agora o nome único que as define e as justifica – *Uma Campanha Alegre*. [...]. Todo o livro é um riso que peleja. Que peleja por aquilo que eu supunha a Razão. Que peleja contra aquilo que eu supunha a Tolíce<sup>13</sup>

Lidos à luz das relações luso-brasileiras, compreende-se nos textos os comentários mordazes de Eça e Ramalho que tornaram a visita de D. Pedro II a Portugal em um acumulado de gafes e de atitudes grotescas. Um rápido resumo da estada do imperador por terras lusas começa zombando do anonimato de D. Pedro II, numa alusão à resposta dada por este a D. Fernando, em que recusa o tratamento de imperador: “Aqui não há imperador, nem imperatriz. Chamo-me D. Pedro de Alcântara, e minha mulher é D. Teresa Cristina”. Eça satiriza esse comportamento: “Proporemos portanto aos presentes e aos futuros que Ele – que não pode ser chamado Pedro de Alcântara porque o recusou, nem D. Pedro II porque o vedou – seja simplesmente chamado PST!” (texto LXVI – p. 1174) . Na edição de 1891, *Uma Campanha Alegre*, o termo seria mudado para “Psiu”.

O texto seguinte refere-se à famosa mala imperial, que também Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), famoso artista português e caricaturista da Geração de 70, o criador da figura do Zé Povinho e das faianças de Caldas da Rainha, caricaturizou em sua obra *Álbum das Glórias* (1880). O imperador é satirizado segurando, em uma mão, o guarda-chuva ou um embrulho de papel, e, na outra, a burguesa mala preta de couro escuro, uma mala pequena, que nada lembra a bagagem de um imperador, a ponto de encobrir a celebridade de seu dono. “Falemos da mala deste príncipe ilustre! Todos a conhecem. [...] Durante meses, viu-o o Velho Mundo absorto sulcar os mares [...]. A mala é a tabuleta do seu incógnito! A mala diz: ‘apertem-me a mão, tratem-me por Pedro, e não me toquem o hino!’” (texto LXVII, p.1177)



D. Pedro II, imperador do Brasil, por ocasião de sua visita a Portugal, em 1871, satirizado em *As Farpas* por Ramalho Ortigão e Eça de Queirós. Litografia de Rafael Bordalo Pinheiro. *Álbum das Glórias*, maio 1880.

No texto seguinte (LXVIII), satiriza o interesse imperial pela língua hebraica. Esse tema decorreu do desejo do imperador, antes mesmo de descer no porto de Lisboa, de conhecer o professor de hebreu, o estudioso do filósofo francês Ernest Renan, Salomão Sáraga, que conversou, em hebraico, com D. Pedro II.

Sua Majestade Imperial passa, com justiça, por um dos homens mais sóbrios do seu vasto império. Sopa, carne cozida, legumes, água e um palito, tal é chorume dos jantares da corte nos paços da Tijuca. [...] Há, porém, um só petisco, acerca do qual sua Majestade revela uma gula excepcional. [...] Sua Majestade é um guloso de hebraico. [...] Foi assim em Lisboa, no Lazareto. Sua Majestade, já ao descer as escadas do paquete, vinha resmungando: 'salta o meu hebraicozinho!'. E daí a minutos expedia gritos famintos. [...] Partiram então exploradores em todas as direções – e por fim voltaram trazendo, estonteado e surpreendido, o Sr. Salomão Sáragga, que lê e fala o hebraico.

Sua Majestade esperava ansiosamente, debruçado na janela. Não houve cumprimentos, nem se pôs a toalha. Serviram-lhe o Sr. Sáragga, assim mesmo – cru! Sua Majestade deixou-lhes uns restos! (p. 1179-80)

Os textos seguintes, publicados no regresso do imperador a Portugal, após sua longa viagem à Europa e ao Egito (25/05/1871 a 30/03/1872), revestem-se de um azedume e de uma certa agressividade: os trechos sobre a visita a Coimbra (texto LXIX); o comentário sobre a presença do clero no sarau do Paço, em que a alusão a D. Pedro II, é quase accidental, mero pretexto para deplorar a presença de eclesiásticos em atividades profanas (texto LXX); a visita à casa do escritor Alexandre Herculano, no vale de Lobos (texto LXXI); uma espécie de “carta aberta”, ironicamente dirigida ao imperador, pedindo que se dê a Comenda da Rosa aos autores das frustradas iluminações do monumento do Rossio, em Lisboa.

O último texto (LXXIII), “O brasileiro”, em que satiriza sem piedade o brasileiro e que logo ofendeu os brios nacionais, deu margem a rios de tinta de polêmica e de situações conflitantes, principalmente nas cidades brasileiras de Recife e de Goiânia, situadas no atual Estado de Pernambuco, acontecimentos estes agravados por conta das relações luso-brasileiras pouco amistosas neste período, como bem detalha o melhor estudioso desse tema, o pernambucano Paulo Cavalcanti. Em Pernambuco, entendeu-se que os comentários ao brasileiro referiam-se, realmente, ao cidadão nascido no Brasil, e não ao português torna-viagem:

Há longos anos *o brasileiro* (não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil) é entre nós o tipo de caricatura mais francamente

popular. Cada nação possui assim um tipo criado para o riso público.<sup>14</sup>

Tais fatos foram considerados violentos, como demonstra a resposta de *As Farpas*, de julho-agosto de 1872, no texto “Ao presidente da província de Pernambuco”, quando Eça reeditou, em 1890/1891, seus textos de colaboração em *As Farpas* sob o título *Uma Campanha Alegre*, no referido texto acima.

O também estudioso do tema de *As Farpas*, Arnaldo Faro<sup>15</sup>, comenta: “Não nos parece, porém, que as crônicas bem humoradas de *As Farpas* tivessem o sentido que se lhes atribui e merecessem todos os qualificativos com que, de certo modo, se procura justificar a reação, levada a excessos, que despertaram em alguns setores da imprensa e da população de Pernambuco”

Ainda outros autores, principalmente os que pertenceram ao Grupo da Geração de 70, destilaram sua sátira ao imperador D. Pedro II. Concomitante Às *Farpas*, temos os textos escritos e ilustrados pelo caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro sobre a viagem do Imperador do Brasil por terras da Lusitânia – *Apontamentos de Rafael Bordalo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europa*, publicada em 1872, e que teve três reedições<sup>16</sup>; e *Roncapopó XXII Imperador de Manducá Conto fantástico oferecido aos amadores de raridades por...*, ( 93 páginas, 1872, assina como X.P.T.O e Z.).

Ao longo do século XIX, Brasil e Portugal foram sujeito e objeto de imagens e representações a respeito de si próprios, a partir das quais, consciente ou inconscientemente, por alteridade ou identidade, construiu-se, a partir da nossa Independência, em conjunto, o sentido de Brasil, tomando-se por base o imaginário dessas nações nos trópicos e na Península Ibérica.

## Notas

<sup>1</sup> FERREIRA, Alberto. *Estudos de cultura portuguesa: século XIX*. Lisboa: Moraes, 1980, p. 128.

<sup>2</sup> QUEIROZ, Eça de. Antero de Quental. In: \_\_\_\_\_. *Notas contemporâneas*. Porto: Lello & Irmão, 1979. v. 2, p.1540-66 (Obras de Eça de Queiroz)., p.1542

<sup>3</sup> MEDINA, João. *Eça de Queiroz antibrasileiro?* Bauru/SP: EDUSC, 2000, p.23

<sup>4</sup> idem, ibidem. p.21

<sup>5</sup> MEDINA, João. Op. Cit., p. 21

<sup>6</sup> idem, ibidem. p.21

<sup>7</sup> BERRINI, Beatriz (Org. geral, introd., fixação dos textos autógrafos e notas introd.). *Eça de Queiroz: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v.3, p.659.

<sup>8</sup> FERREIRA, Tânia M Bessone T. da Cruz. Imagens das relações Brasil Portugal: os registros impressos. In: XXVI CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte/MG. Disponível em : <<http://www.netHistoria.com>> Acesso em: 07 fev. 2006.

<sup>9</sup> LOBO, Eulália M. Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Instituto Camões, 2001.

<sup>10</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cabras” e “Pés-de-Chumbo”: os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). 1987. Dissertação (Mestrado em História) \_ Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1987.

<sup>11</sup> *O Paíz*, Rio de Janeiro, 24 set. 1860.

<sup>12</sup> QUEIROZ, Eça de. *Uma campanha alegre*. Porto: Lello & Irmão, 1979. v.3, p.957-1266 (Obras de Eça de Queiroz).

<sup>13</sup> BERRINI, Beatriz (Org. geral, introd., fixação dos textos autógrafos e notas introd.). *Eça de Queiroz: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v.3, p.661-3

<sup>14</sup> CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queiroz agitador no Brasil*. 3.ed. rev. e aument. Recife: Guararapes, 1983, p. 67

<sup>15</sup> FARO, Arnaldo. *Eça e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 70

<sup>16</sup> FRANÇA, José-Augusto. *Rafael Bordalo Pinheiro: o português tal e qual*. 2.ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982, 94-5

Artigo recebido em 15/03/2007 e aprovado em 26/10/2007.